

# A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo?

## 1. O Desenvolvimentismo e seu conceito

Para discutir o significado do termo Neodesenvolvimentismo, e poder analisar a partir daí o período dos governos populares no Brasil (Lula I e Lula II, e Dilma I), parece interessante começar com uma reflexão a respeito do termo original, qual seja Desenvolvimentismo. Como veremos melhor mais adiante, a experiência brasileira a partir de 2003 ensejou, depois do soterramento experimentado durante o interregno liberal (1990-2002), o ressurgimento das cinzas do tema desenvolvimento e, com ele, como não poderia deixar de ser, do tema Desenvolvimentismo.

Assim, desde meados dos anos 2000, viu-se surgir no debate econômico brasileiro uma profusão de seminários, mesas-redondas e artigos acadêmicos<sup>2</sup> sobre essa temática, com diferentes escolas sendo detectadas, e tendo surgido até mesmo uma “rede Desenvolvimentista (a RedeD)”<sup>3</sup>.

Toda essa discussão levou à realização de pesquisas mais aprofundadas, que procuraram definir com mais precisão o significado do termo Desenvolvimentismo. De

1. Professora titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e da pós-graduação em Economia do IPE-USP. Este trabalho é um resultado parcial de pesquisa maior financiada por bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – referente ao processo de financeirização da economia brasileira nas duas últimas décadas.
2. Veja-se, por exemplo, Paula (2006), Bresser-Pereira (2006) e Sicsú *et alii* (2007), entre outros.
3. A RedeD é o resultado de uma parceria tripla, nascida em 2011, envolvendo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON), do Instituto de Economia da Unicamp e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI). Seu objetivo foi o de constituir um espaço para o debate sobre desenvolvimento, congregando economistas e outros cientistas sociais.

meu ponto de vista, Fonseca (2014) oferece a melhor definição que podemos ter desse conceito. Para chegar a esse resultado, ele investigou, inicialmente, a origem e a evolução do termo entre os autores e os pensadores que foram responsáveis por sua difusão nos anos 1940-1960. Contudo, considerando que se trata de um termo historicamente determinado, ele investigou também algumas dezenas de experiências concretas que aconteceram na América Latina nesse período. Conjugando esses dois caminhos de pesquisa, postura de inspiração metodológica claramente hegeliana,<sup>4</sup> Fonseca produziu a seguinte definição de Desenvolvimentismo:

Entende-se por Desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2014, p. 59)

Portanto, para que haja Desenvolvimentismo, é preciso haver simultaneamente pelo menos três elementos:

1. uma **forte intervenção governamental**, que toma principalmente a forma de
2. uma **política econômica voltada para o fortalecimento da indústria**, a qual deve seguir
3. um **projeto nacional**<sup>5</sup>

---

4. Sobre o tema, o próprio autor diz, depois de constatar que, diferentemente do que ocorria com outros termos correlatos como *Liberalismo*, por exemplo, não havia para o termo desenvolvimentismo nenhum modelo não latino-americano para copiar ou sobre o qual exercer antropofagia, tendo sido ele forjado pela consciência mesma do atraso e do subdesenvolvimento: "Trata-se aqui, portanto, de uma sorte de "materialismo idealista", de corte hegeliano, de acordo com o qual o conceito só é ele mesmo se a existência for parte de sua determinação (a *Wirklichkeit* de Hegel). Se começamos por procurar a definição de desenvolvimentismo de modo endógeno, ou seja, a partir dos trabalhos dos próprios intelectuais que construíram a história desse conceito (...) faz-se forçoso, ao mesmo tempo, reconhecer que ele já estava inscrito na realidade efetiva dos países latino-americanos, antes que determinadas atitudes e iniciativas de governo passassem a ser adotadas *em seu nome*" (p. 50-51, itálicos do autor).

5. A inclusão do termo "subnacional" na qualificação do "governo", que aparece ao lado de "nacional", na definição de *desenvolvimentismo* cunhada por Fonseca (2014), deve-se ao registro da existência de políticas e práticas desenvolvimentistas também em espaços menores do que aquele delimitado pela nação. Como nosso objetivo aqui é avaliar a experiência recente do Brasil, suprimimos, a bem da simplificação, o qualificativo "subnacional" do "projeto" cuja existência se coloca como elemento necessário à constituição desse conceito.

Para Fonseca, esses três elementos constituem o núcleo comum principal do Desenvolvimentismo, conceito que não se reduz à vida abstrata dos pressupostos, mas que se revela na prática de política econômica efetiva ao longo dos enquadramentos diversos de tempo e espaço das experiências históricas investigadas (34 no total). O caráter deliberado da política implica inescapavelmente o feito intervencionista da atuação estatal e um planejamento que tem de estar assentado na existência de um projeto para o país (um projeto nacional, ainda que não necessariamente nacionalista), sobretudo no que se refere ao necessário fortalecimento da indústria, de modo a superar os antigos modelos agrários e alterar a forma de inserção da economia doméstica latino-americana na economia mundial.

É com base nessa definição e nesses elementos, portanto, que analisaremos, no que se segue, a experiência brasileira recente.

## **2. As diferentes correntes de pensamento em torno do Neodesenvolvimentismo**

Como é sabido, a experiência brasileira com o Desenvolvimentismo foi muito forte, tendo transformado o Brasil, de uma economia limitada, que basicamente produzia bens primários e agrícolas, em uma complexa e completa economia industrial. Ainda que tardiamente (o II PND, que organizou e completou a introdução do chamado DI da economia só foi concluído nos primeiros anos da década de 1980), a economia brasileira foi a única na América Latina a completar a matriz interindustrial correspondente ao paradigma tecnológico da segunda revolução industrial. Além disso, por quase cinco décadas, se apresentou como a economia que mais crescia no mundo.

A crise internacional dos anos 1970 e a crise da dívida externa que se seguiu, na esteira de dois choques do petróleo e um choque de juros internacionais, tornaram os anos 1980 extremamente difíceis (elevada inflação, crescimento reduzido) e abriram espaço para a vitória política das ideias (neo)liberais nos anos 1990, sob os auspícios

do *Consenso de Washington*<sup>6</sup> e de suas prescrições de política econômica inteiramente afinadas com os cânones da teoria ortodoxa.

Do começo dos anos 1990 até meados dos anos 2000, portanto, a política econômica seguiu, às vezes mais e às vezes menos estritamente, as regras do assim chamado “consenso macroeconômico”, com rígidas políticas fiscal e monetária, elevadas taxas reais de juro e taxa de câmbio sensivelmente apreciada. Mesmo a ascensão ao governo federal, em 2003, de um partido de esquerda, comandado por um líder operário e forjado na luta contra a ditadura militar, não mudou praticamente nada nessa história. Em seu início, os parâmetros macroeconômicos vigentes foram inclusive aprofundados (elevação ainda maior da taxa de juros, que chegou aos 26,5% ao ano em março de 2003, enorme arrocho monetário, com corte de cerca de 10% nos meios de pagamento da economia, adoção de uma meta de superávit primário maior do que a exigida pelo FMI). Além disso, a abertura financeira da economia brasileira foi aprofundada e novas medidas foram tomadas no sentido de criar um ambiente mais amigável à riqueza financeira (por exemplo, a reforma da lei de falências, que passa a dar primazia aos credores detentores de títulos de dívida, e a extensão da reforma da previdência aos servidores públicos).<sup>7</sup>

É só no último ano do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva que as coisas começam a mudar um pouco, particularmente por conta do lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), um substantivo programa de investimentos públicos, envolvendo recursos da ordem de 13% do PIB, para serem gastos em quatro anos em setores de infraestrutura (transporte, energia, recursos hídricos e saneamento). Um pouco mais tarde, já no segundo mandato, lança-se também um grande programa de construção de moradias populares (o *Minha Casa Minha Vida*).

A partir do final do segundo mandato de Lula, nas referências a essa mudança nos rumos da política econômica, começa a ser ouvido o termo Neodesenvolvimentismo. Em artigo sobre o Mercosul de 2009, por exemplo, Saraiva e Ruiz já se referem ao fato de os modelos neoliberais estarem sendo substituídos por políticas Neodesenvol-

---

6. O nome deriva do fato de o documento que sustenta tal consenso, baseado em artigo escrito pelo economista John Williamson, congregar as medidas, todas de cunho liberal, consideradas consensuais para a recuperação das economias em desenvolvimento pelos economistas das instituições sediadas na capital americana (Fundo Monetário Nacional (FMI), Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos EUA).

7. Voltaremos a esse tema na terceira e quarta seções deste artigo.

vimentistas em alguns países da América Latina, Brasil inclusive. O próprio Guido Mantega, então Ministro da Fazenda, ao anunciar, em agosto de 2010, a previsão de crescimento do segundo trimestre daquele ano, credita o sucesso da política econômica à adoção do Neodesenvolvimentismo – naquele ano o PIB cresceu aceleradamente (7,5%).<sup>8</sup> O prefixo “neo” foi introduzido no termo original certamente por conta da consciência dos analistas em relação ao caráter historicamente determinado desse conceito, e, pois, à impossibilidade da reprodução *in totum* das condições históricas concretas que deram ensejo a seu surgimento.

Do ponto de vista prático, portanto, o Neodesenvolvimentismo passou a ser associado às políticas que, contrariando o cânone liberal vigente, apelavam para polpudos programas de investimento público (PAC, *Minha Casa Minha Vida*) e para expedientes de intervenção na atividade econômica (Lula havia expandido em escala sem precedentes o crédito ao consumidor – considerando implicitamente seu papel impulsor do mercado interno – e concedido isenção tributária a alguns setores da indústria em resposta à crise internacional).

Antes que o termo passasse a ser utilizado mais amiúde, porém, já se registrava, certamente estimulado pela ascensão ao poder de um governo popular, o surgimento difuso de várias correntes de pensamento econômico que se reivindicavam Desenvolvimentistas. Em setembro de 2004, Bresser-Pereira publicara na Folha de São Paulo artigo com o título Novo Desenvolvimentismo. Em 2005, vem a público o livro *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*, organizado por Sicsú, Paula e Michel. Em 2006, é mais uma vez Bresser-Pereira quem vai publicar na revista francesa *Économie Appliquée* um artigo em que opunha as propostas do Novo-Desenvolvimentismo àquelas da ortodoxia convencional.<sup>9</sup>

De outro lado, começa a aparecer, também por essa época, o termo Social-Desenvolvimentismo, para designar as políticas que enxergavam no mercado doméstico, sobretudo quando estimulado por políticas distributivas, o elemento dinamizador da demanda agregada no país.<sup>10</sup> A inspiração teórica dessa última corrente estava em

8. O link <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/422519/noticia.htm?sequence=1>> traz a notícia sobre esse pronunciamento (Acessado em 3 /04/2017). Quando o ministro fez o referido anúncio, as previsões para o crescimento do PIB em 2010 já rondavam a casa dos 7%.

9. No mesmo ano (2006a), sai em português artigo de mesmo nome na revista *São Paulo em Perspectiva*.

10. Segundo Bastos (2012, p. 794), “Guido Mantega inaugurou o uso do termo em várias declarações entre agosto e dezembro de 2007”.

princípios antiortodoxos defendidos há muito por vários economistas, principalmente por aqueles ligados ao Instituto de Economia da Unicamp (IE-Unicamp), mas com apoio também de outros economistas importantes, alguns deles do Instituto de Economia da UFRJ (IE-UFRJ), como Ricardo Bielschowsky.<sup>11</sup>

Algumas diferenças substantivas entre as várias correntes já iam se delineando aí, mas foi só com a ascensão de Dilma Roussef ao poder federal (2011-2014) e sua tentativa de promover alguma mudança mais efetiva na política econômica para contornar a desaceleração que já se pressentia (por conta principalmente do agravamento das condições internacionais), que o debate se explicitou, opondo basicamente as correntes do Novo e do Social-Desenvolvimentismo. Em 2012, o número especial comemorativo dos 20 anos da revista *Economia e Sociedade* do IE Unicamp é inteiramente dedicado ao tema do desenvolvimento, e nas páginas de vários dos artigos ali editados, em especial o de Bastos e o de Carneiro, se tornam muito claras as divergências entre as duas correntes. Ademais, nos seminários desenvolvidos pela RedeD o debate se explicita. Um participante de um deles diz, por exemplo: “Parece-me que ele [BRESSER – LMP] acusa, parcialmente, os golpes recebidos do Social-Desenvolvimentismo, mas procura sair das cordas por meio de uma síntese. Não sou fã de boxe, mas considero a metáfora oportuna. E talvez explique o comportamento ‘diplomático’ dele no seminário da RedeD, que acompanhei pela internet.”<sup>12</sup>

Mollo e Amado (2015) propõem uma taxonomia das várias vertentes que estão pensando e discutindo o Neodesenvolvimentismo e encontram uma terceira corrente. Para construir essa taxonomia, as autoras partiram do princípio de que todos os grupos que se reivindicam Desenvolvimentistas podem ser considerados heterodoxos, pois todos, em maior ou menor medida, negam a visão ortodoxa de que a moeda é neutra em curto e em longo prazo. Por consequência, negam também a importância conferida pela ortodoxia ao mercado de fundos de empréstimo e à existência de poupança prévia para a viabilização não inflacionária de inves-

---

11. De resto, a ideia de que o mercado interno, desde que tonificado pela distribuição de renda e transformado em mercado de massas, poderia funcionar como fermento para o crescimento econômico estava fortemente presente no próprio programa do Partido dos Trabalhadores às eleições presidenciais de 2002. É do mesmo Bielschowsky, artigo nesse sentido, de 2001.

12. A fala, completada por uma pergunta dirigida ao Prof. Fernando Nogueira da Costa, do IE-Unicamp, em seu blog, é de José Marcos Novelli, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), e refere-se ao artigo “Estratégia nem *wage* nem *export-led*, mas novo-desenvolvimentista”, escrito por Bresser-Pereira para o *Dossiê da Crise III* da Associação Keynesiana Brasileira. (Acesso ao blog em 7/04/2017)

timentos. O outro ponto que os une, e que é decorrência do primeiro, é que todos esses grupos negam também a conclusão ortodoxa de que a intervenção estatal via política fiscal é sempre desestabilizadora, e nunca produz resultados positivos no estímulo ao crescimento.<sup>13</sup>

Apesar desse princípio em comum que estrutura de modo geral aquilo que se poderia chamar de pensamento Deodesenvolvimentista, qual seja, o da negação desses dois cânones ortodoxos, há, segundo as autoras, graus diferentes em que se dá essa negação, e é a partir daí que a classificação vai ser elaborada, surgindo então, não duas, mas três diferentes correntes: a) os **Novos-Desenvolvimentistas precusores**, que as autoras associam a Bresser-Pereira e seu grupo; b) os **Novos-Desenvolvimentistas pós-keynesianos**, grupo que congrega basicamente professores do IE-UFRJ, tendo em João Sicsú seu membro mais conhecido; e c) os **Social-Desenvolvimentistas**, associado basicamente, como já mencionado, economistas do IE-Unicamp, mas encontrando adeptos também entre os professores do IE-UFRJ.

Não obstante poderem ser efetivamente classificados como um grupo à parte em função de algumas diferenças de ênfase com o terceiro grupo, o grupo denominado pelas autoras como Novos-Desenvolvimentistas pós-keynesianos parece ter, considerados os fundamentos teóricos como critério de demarcação, muito mais proximidade com os Social-Desenvolvimentistas do que com os Novos-Desenvolvimentistas precusores.<sup>14</sup> Como nosso intuito aqui não é exatamente entrar na discussão sobre a melhor forma de classificar as diferentes correntes que se reivindicam hoje Desenvolvimentistas, mas simplesmente elencar seus pressupostos para avaliar, a partir daí, a experiência brasileira no período 2003-2014, sumariamos no quadro abaixo as posições que guardam mais diferenças entre si, quais sejam, de um lado o Novo-Desenvolvimentismo (os pensadores “precusores”, na denominação das autoras) e, de outro, o Social-Desenvolvimentismo (incluindo aí também o grupo denominado pelas autoras de Novos-Desenvolvimentistas pós-keynesianos).

13. O pressuposto básico dessa ideia ortodoxa, que se prende à ideia de que a moeda é neutra, é que, seja via endividamento, seja via tributação, o investimento privado acaba por ser deslocado como resultado do ativismo fiscal do Estado: no primeiro caso, porque resulta na elevação da taxa de juros; no segundo, porque introduz um elemento de incerteza que afeta negativamente as expectativas dos empresários.

14. Talvez tivesse sido melhor, por isso, denominar esse grupo adicional de “social-desenvolvimentistas pós-keynesianos” ao invés de “novos desenvolvimentistas pós-keynesianos” — apesar de seus próprios integrantes terem escolhido o segundo desses termos.

	Novo-Desenvolvimentismo	Social-Desenvolvimentismo
<b>Orientação</b>	Mais pró-mercado (alguma confiança nas virtudes do mercado)	Menos pró-mercado (menos confiança nas virtudes do mercado)
<b>Elementos dinâmicos da demanda agregada</b>	Mercado externo e investimentos privados (poupança prévia vista como necessidade, em especial no caso do setor público) <sup>1</sup>	Mercado doméstico (reforçado por políticas de distribuição de renda) e investimentos públicos (crédito, mesmo sem lastro em poupança prévia, visto como capaz de estimular a produção)
<b>Papel do Estado</b>	Forte papel do Estado na gestão dos preços fundamentais da economia para estimular a indústria local (taxa de câmbio, taxa de juros, salários). Políticas distributivas e melhoramento de políticas e serviços públicos são subsidiários	Forte papel do Estado na elaboração de políticas distributivas e no melhoramento das políticas e dos serviços públicos. Gestão dos preços fundamentais é essencial para fortalecer o mercado doméstico e possibilitar as políticas distributivas
<b>Variáveis-chave da dinâmica econômica</b>	Taxa de câmbio	Taxa de juros; <sup>2</sup> salários reais
<b>Política monetária</b>	Política monetária menos rígida e juros reais reduzidos	Política monetária menos rígida e juros reais reduzidos
<b>Política fiscal</b>	Política fiscal apertada (rígido controle dos gastos públicos); investimentos públicos financiados com poupança pública	Política fiscal responsável, mas com possibilidade de um controle menos rígido em benefício de políticas anticíclicas (apreço por uma política fiscal ativa)
<b>Política cambial</b>	Taxa de câmbio desvalorizada, em nível compatível com a obtenção de superávits em conta corrente	Taxa de câmbio desvalorizada, mas possibilidade de alguma apreciação no sentido da preservação do nível dos salários reais
<b>Política de emprego e salários</b>	Prioridade para o melhoramento da qualidade dos postos de trabalho, com crescimento da produtividade e possibilidade de redução de salários reais, caso necessário para a preservação da indústria (regime de crescimento <i>waged</i> é visto como insustentável em longo prazo)	Políticas que busquem o pleno emprego e o crescimento dos salários reais, em particular do salário mínimo <sup>3</sup>

1. Mollo e Amado (2015) argumentam com propriedade que nos textos *novo-desenvolvimentistas* mais recentes essa questão já não aparece e que Bresser-Pereira coloca-se mesmo explicitamente contra isso. Lembram, contudo, que a preocupação continua no que diz respeito ao setor público.
2. A taxa de juros é a variável-chave da economia para os novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos, enquanto que os salários reais são a principal variável para os social-desenvolvimentistas. No caso dos primeiros sua preocupação maior é com a vulnerabilidade externa da economia doméstica, já que juros elevados atraem capitais externos de natureza especulativa. Como lembram Mollo e Amado (2015, p. 14), para Sicsú, o protecionismo moderno é o da conta de capitais, assim como, poderíamos acrescentar nós, a Dependência da conta de capitais e, portanto, da poupança externa (a transferência de renda do Centro para a Periferia não se dá mais prioritariamente via relações de preços e transações comerciais, mas via movimentação de estoques e pagamentos de rendas, com destaque para os juros). Ver a esse respeito Amaral (2012) e Paulani (2013).
3. Ainda que não se pronunciem explicitamente sobre o papel impulsionador dos salários, os novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos fazem referência à questão distributiva como variável importante na dinâmica da economia.



Ora, considerando os elementos presentes nesses dois grupos, nenhum deles pode ser apontado propriamente como Desenvolvimentista, se por desenvolvimentismo entendermos o conceito tal como apresentado por Fonseca (2014). No Novo-Desenvolvimentismo, apesar da forte ênfase no setor industrial, há muita confiança no mercado e no setor privado (intervenção governamental fraca – centrada apenas na gestão dos preços fundamentais, em particular o câmbio – investimentos públicos sem protagonismo), bem como a carência de um projeto nacional. No Social-Desenvolvimentismo, a despeito da forte ênfase na intervenção governamental e no papel do setor público, há pouca preocupação com a indústria e falta-lhe igualmente um projeto nacional.

Por projeto nacional aqui seria preciso entender, no espírito da investigação realizada por Fonseca (2014), um planejamento da intervenção do Estado no sentido de melhorar a forma de inserção do país não só no mercado internacional de bens e serviços, mas na economia mundial considerada em sua totalidade, ou seja, considerando-se igualmente as transações com fatores de produção e com estoques de ativos. Tradicionalmente marcados pela dependência tecnológica e pela condição de importadores de capitais, estando aí em cheque, em ambos os casos, a questão do grau de autonomia da Nação para conduzir seu próprio destino, os países latino-americanos requerem que qualquer intervenção governamental na economia esteja pautada em um projeto que vise alterar essa condição subalterna,<sup>15</sup> conferindo-lhe soberania no sentido estrito do termo.

Consideradas, porém, as transformações experimentadas pelo capitalismo nas últimas décadas, em particular a primazia conferida às formas financeiras de acumulação, bem como a facilidade hoje existente, ao menos para os grandes blocos de capital que dominam setores inteiros, de tratar o planeta como uma planta de produção praticamente única, e considerado por fim o ritmo acelerado da terceira revolução industrial ora em curso seria preciso evidentemente repensar as formas e os instrumentos dessa intervenção para garantir o alcance dos fins pretendidos. Decorre daí, justamente, a necessidade de justapor o prefixo “Neo” ao termo “Desenvolvimentis-

---

15. Almeida (2017) desenvolve interessante argumento no sentido de mostrar que, ainda que se pudesse aceitar, *cum grano salis*, a tese de que, no capitalismo de hoje, sob o domínio das finanças, a dependência é uma espécie de condição geral de todas as economias capitalistas – dados os privilégios concedidos à moeda dos EUA por seu papel de dinheiro mundial, – a busca de maior autonomia por parte dos países menos desenvolvidos (“periféricos”), não deixa, por isso, de ser um alvo desejável. Mostra também que, ainda que a indústria não esteja mais no comando das relações econômicas, continua a ser relevante para o desenvolvimento dos países periféricos “articular os mecanismos internos de uso dos fatores de produção disponíveis de modo a não atrofiar o processo de reprodução da demanda e da inovação tecnológica” (p. 165) e evidentemente a indústria tem um papel aí.

mo”. A ausência dessa perspectiva mais de fundo permeia, a meu ver, com as exceções de praxe, as análises dos autores filiados tanto a uma quanto a outra das duas perspectivas teóricas sumariadas no quadro anterior.<sup>16</sup> Essa é a dificuldade maior de se atribuir o rótulo “Desenvolvimentista” a qualquer uma delas, por maior que seja seu distanciamento perante o cânon da ortodoxia convencional.

Mas se é complicado chamar de Desenvolvimentistas as perspectivas teóricas que hoje reivindicam seu nome, mais difícil ainda é caracterizar como Desenvolvimentista ou Neodesenvolvimentista o conjunto das políticas implementadas no Brasil a partir de 2003. Nas próximas seções tentaremos mostrar por que.

### 3. A inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado<sup>17</sup>

O capitalismo vive, desde o último quartel do século passado, uma fase rentista em que os imperativos do capital como propriedade se sobrepõem aos imperativos do capital como elemento funcionante na produção de bens e serviços (PAULANI, 2016). A assim chamada *financeirização* é a faceta mais conhecida e seguramente a mais discutida dessa história. A economia brasileira, evidentemente, faz parte dela, inicialmente de forma passiva, quando serviu à acumulação financeira internacional por ter configurado a demanda que faltava a uma riqueza financeira crescente e ávida por valorização, tornando-se depois vítima desse mesmo processo, na sequência da brutal elevação dos juros de 1979 e da explosão da chamada “crise da dívida externa” nos anos 1980; depois, de forma ativa, quando, a partir de meados dos anos 1990, sob os eflúvios dos ventos neoliberais que haviam tomado de assalto o país, tomou as provi-

---

16. Bielschowsky (2014) escapa a essa crítica. Pode-se discutir se seus três motores e seus dois “turbinadores” seriam suficientes para conferir a seu desenho conceitual o rótulo de *desenvolvimentista*, mas a perspectiva de fundo está lá, com objetivos a serem conquistados em longo prazo. A esse respeito, diz o próprio autor nas considerações finais de seu artigo: “O desenho de estratégia de desenvolvimento proposto está baseado nas ideias da existência de três frentes de expansão (consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura) e da relevância de se acionar dois “turbinadores” nesses motores de desenvolvimento (inovação tecnológica e encadeamentos produtivos tradicionais). Argumentou-se que a fórmula assenta-se em um padrão viável de expansão econômica em longo prazo – tal como no passado ocorreu com o processo de industrialização”. (p. 130)

17. Nesta e na próxima seção permito-me reproduzir total ou parcialmente considerações já feitas sobre essa temática em Paulani (2017) e Paulani (2017a).

dências, para seu ingresso na era da financeirização como “potência financeira emergente” ou, nos nossos termos, como “plataforma internacional de valorização financeira” (PAULANI, 2008a; PAULANI, 2012; PAULANI; PATO, 2005).

Todo o arcabouço institucional que emoldura hoje o funcionamento do capitalismo brasileiro foi construído então com base no princípio maior de atender com preseteza e precisão aos interesses da riqueza financeira, em particular dos credores e investidores externos. A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, com a eleição de Lula em 2002, despertou a esperança de que houvesse alguma reversão na agenda liberal em curso, mas, como vimos, isso não aconteceu. Esse traço permanece, portanto, praticamente intocado ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula/Dilma, a despeito das diferenças que os separam.

É dessa forma que se explicam a enorme abertura financeira, com ausência de qualquer controle sobre os fluxos internacionais de capital (FHC e Lula), a internacionalização do mercado brasileiro de bônus (FHC), as concessões tributárias a proprietários de ações e a ganhos financeiros de não residentes (FHC), as alterações legais para dar maior garantia aos credores do Estado (Lei da Responsabilidade Fiscal) (FHC) e do setor privado (reforma da Lei de Falências) (Lula), as alterações no regime geral previdenciário (INSS) (FHC) e nos regimes próprios de servidores públicos (Lula)<sup>18</sup> e *last but not least*, a adoção de um receituário macroeconômico agressivamente voltado para o benefício da riqueza financeira, baseado na austeridade fiscal e em taxas reais de juros absurdamente elevadas, frequentemente as campeãs do mundo (FHC e Lula).

Utilizando a distinção proposta por Chesnais (2016) entre finança (*finance capital*) e capital financeiro (*financial capital*), podemos falar da existência no Brasil, pelo menos desde os anos 1990, de uma hegemonia da finança e de sua forma predominante de funcionamento, o capital financeiro e o setor bancário-financeiro.<sup>19</sup> Bruno

18. Para além da questão previdenciária em si, o objetivo maior dessas alterações é a criação de um substantivo mercado privado nessa área. Com um regime previdenciário de repartição, como nosso regime geral, obrigatório, universal e suficientemente abrangente, o mercado para esse tipo de produto, uma espécie de *filet mignon* do sistema financeiro, ficaria, no Brasil, sempre estrangulado. Daí a necessidade de reduzir o espaço do regime geral (mais sobre isso em PAULANI, 2008b). Essa novela, como se sabe, ainda não terminou. Estamos vivenciando, talvez, seu derradeiro capítulo. A agressividade e a crueldade da proposta enviada por Temer ao Congresso – que condena a morrer trabalhando boa parte da população brasileira – evidencia a força do setor bancário-financeiro e dos interesses rentistas hoje no país.

19. A esse respeito, especificamente sobre o setor bancário-financeiro, mas usando o arsenal conceitual de Poulantzas, ver Teixeira e Pinto (2012).

e Caffé (2015) caminham na mesma direção, e enfatizam o caráter gramsciano dessa hegemonia, na medida em que estruturas institucionais permissivas garantem sua efetivação e constante reprodução no plano da formatação da política econômica, com permanente aval do Estado, independentemente do matiz ideológico do partido que está à frente do executivo federal.<sup>20</sup>

Alguns poucos dados e indicadores mostram a força do processo de financeirização da economia brasileira, bem como de seu traço distintivo, a permanência de elevadíssimas taxas reais de juros. O primeiro diz respeito ao indicador  $(M4 - M1)/\text{PIB}$ , que mais do que dobrou em menos de 20 anos, passando de 0,3 em 1995 para 0,8 em 2014. O segundo trata da relação entre a riqueza financeira (depósitos bancários, títulos de dívida privados e públicos, ações e debêntures)<sup>21</sup> e o PIB, que passa de 0,8 em 1994, para 2,1 em 2010.<sup>22</sup> O terceiro fala da relação entre o estoque de ativos financeiros (tal como já definido) e o estoque de ativos reais (máquinas, equipamentos, construção civil etc. empregados na produção de bens e serviços): os dados mostram que, enquanto o valor do primeiro multiplicou-se por 7,7 entre 1991 e 2009, o valor do segundo multiplicou-se por apenas 1,4 no mesmo período (BRUNO; CAFFÉ, 2015, p. 52). A explosão da riqueza financeira frente ao tímido crescimento da riqueza real encontra boa parte de sua explicação na evolução da taxa SELIC, que permitiu uma acumulação de ativos de 6,5 vezes no período em questão (ibidem).

Um subproduto perverso da permanência desse quadro foi o acelerado processo de desindustrialização sofrido pelo país, por conta da permanência, por longo período de tempo, com apenas pequenos períodos de suspensão, de uma taxa de câmbio enormemente apreciada. É vasta já a literatura brasileira sobre a ocorrência desse fenômeno, mas ele aparece principalmente, ainda que não se restrinja a eles, nos trabalhos dos Novos-Desenvolvimentistas.<sup>23</sup>

---

20. Essa combinação extravagante entre hegemonia das finanças, por um lado, e governo supostamente de esquerda, por outro, que marcou o Brasil no período aqui em análise fez Oliveira (2010) falar em *Hegemonia às Avessas*.

21. Não inclui derivativos.

22. Tanto no primeiro, quanto no segundo indicador, as estimativas foram elaboradas pela autora com base em fontes oficiais como IBGE, Banco Central e IPEA, entre outras.

23. Veja-se, a esse respeito, por exemplo, Oreiro e Feijó (2010), Marconi e Rocha (2012), e Hiratuka e Sarti (2015), entre outros.

Todavia, não obstante a permanência desse arcabouço geral e da primazia garantida à riqueza financeira mesmo depois de o Partido dos Trabalhadores ter chegado ao poder federal, não se pode dizer que os governos de FHC, por um lado, e os de Lula/Dilma por outro, tenham sido exatamente iguais. Ao longo do tempo, de fato, estes últimos foram se diferenciando de seus antecessores porque, combinadas com a continuidade dessa agenda neoliberal, foram sendo adotadas políticas sociais de alto impacto. O programa *Bolsa Família*, visto amiúde como símbolo dessas políticas, não é o único e, se é o mais importante do ponto de vista da redução da pobreza absoluta, ele seguramente não é o mais importante do ponto de vista da redução da desigualdade. No caso desta última, muito mais importante foi a elevação do valor real do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014, atingindo mais de 20 milhões de beneficiários do INSS e afetando muito rapidamente o perfil da distribuição de renda no país.

Em paralelo, foram ocorrendo uma série de outras iniciativas, que contribuiriam igualmente com a constituição de um tecido social menos desigual. Destacam-se aqui aquelas relacionadas à facilidade de acesso ao ensino superior por parte das classes de renda mais baixa (PROUNI, a criação de 18 novas universidades públicas, e a melhoria do FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior). Conte-se, além disso, a existência de um sem número de outros programas sociais administrados pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), como o *Programa de Cisternas*, que entregou mais de 750 mil desses equipamentos no Nordeste entre 2011 e 2014, minimizando os efeitos da maior seca enfrentada pela região em 50 anos. Ainda na mesma linha temos o *Minha Casa Minha Vida*, que, para além de suas dificuldades do ponto de vista técnico e urbanístico, constitui um substantivo programa de produção subsidiada de moradias populares, e o *Luz para Todos*, que, criado em 2003, levou energia elétrica a mais de três milhões de famílias do meio rural em todo o país.

Finalmente cabe mencionar uma série de programas com o mesmo espírito na área da Cultura, além de reiteradas ações, do tipo cotas e similares, na defesa das assim chamadas “minorias” (negros, pardos, indígenas, mulheres), além da ampliação de direitos de determinadas classes de trabalhadores, como a das empregadas domésticas.

Mas será que todo esse conjunto de políticas é suficiente para caracterizar como Neodesenvolvimentista o período inaugurado em 2003, mesmo se a ele acrescentarmos a constatação de que o ímpeto privatizante que impregnara os dois mandatos de FHC foi relativamente brechado nos 12 anos que se seguiram? Considerado o que já se

apresentou até agora, é fácil perceber que não, no mínimo porque parece haver uma incompatibilidade de princípio entre financeirização e Desenvolvimentismo ou Neodesenvolvimentismo. Como seria possível planejar, desenvolver e levar a cabo uma política de fato desenvolvimentista com a presença praticamente constante do par ju-ro elevado/câmbio apreciado? Como fazê-lo sob a tirania dos resultados primários positivos nas contas públicas obrigando o Estado a agir procíclicamente ao invés de contracíclicamente?

Nesse sentido, a preservação do entorno institucional pró-acumulação financeira por parte dos governos do PT, com as inevitáveis consequências em termos de política econômica que essa decisão acarretou, andou de par com a inexistência de um projeto nacional, tal como definido anteriormente. Mesmo que houvesse alguma ideia relativamente a isso por parte de Lula e sua equipe, ela foi completamente abortada pelo imperativo maior de manter intacta a primazia da acumulação financeira. Trataremos desse tema na próxima seção.

#### **4 . Neodesenvolvimentismo em uma economia financeirizada?**

O primeiro sinal de que a nova etapa da história brasileira que se iniciava com a eleição de Lula não corresponderia a uma virada na forma de atuação do Estado relativamente à sua influência nos rumos do processo de acumulação, menos ainda a uma superação “Desenvolvimentista” de sua condição ainda inferior frente ao grau de desenvolvimento alcançado alhures, ficou evidente ainda antes de o líder sindical vencer as eleições presidenciais de 2002. A *Carta aos Brasileiros* divulgada por Lula, então candidato à presidência, em meados desse ano, é uma espécie de negação do projeto nacional próprio que se esperaria de um partido popular e democrático. Ainda que fale em retomada do crescimento e em justiça social, não relaciona essas variáveis em torno de um projeto claro e articulado de mudanças institucionais e estruturais para a obtenção desses objetivos; ainda que fale na importância dos investimentos públicos e na necessidade de políticas industriais, sinaliza, ao fim e ao cabo, com a manutenção da institucionalidade voltada para a acumulação financeira construída nos anos 1990.

Se algum “projeto” é possível extrair de tal carta de intenções, é apenas uma aposta nos benefícios potenciais de nosso substantivo mercado interno, respeitadas as regras do jogo e mantido o *status quo* vigente. A intervenção do Estado que é possível deduzir dela resume-se a pilotar o modelo em curso, com os olhos voltados à busca da redução da miséria e da desigualdade. Como vimos, foi precisamente isso que se deu. A manutenção e mesmo o reforço da institucionalidade voltada prioritariamente à acumulação financeira veio acompanhada das políticas sociais de alto impacto, anteriormente descritas.

Ora, a combinação desses dois elementos (agenda liberal e políticas sociais de alto impacto) é, em princípio, contraditória, porque vai aumentando a importância e a presença do Estado na economia, além de exigir um nível cada vez maior, ao invés de menor, de regulamentação. Além disso, essas políticas foram fortalecendo e ampliando os direitos sociais garantidos pela *Carta de 1988*. A disputa pelo fundo público foi se tornando assim potencialmente mais acirrada, uma vez que os recursos que remuneram a riqueza financeira vêm da mesma fonte que aqueles necessários para honrar esses compromissos sociais ampliados, qual seja, o monopólio da tributação detido pelo Estado. Mas enquanto prevaleceu o crescimento econômico puxado pelas exportações e pelo efeito multiplicador daquele massivo conjunto de políticas sociais, essa contradição foi acomodada.

O advento da crise financeira internacional ao final de 2008 e suas consequências para os países emergentes começaram a desmanchar essa conciliação, até então possível e à sua maneira virtuosa. De início driblada pelos expedientes de subsídios aos setores de maior efeito multiplicador (automóveis e eletrodomésticos) e por uma agressiva expansão do crédito ao consumidor, a crise, no entanto, veio a se agravar no início da primeira gestão da presidenta Dilma.<sup>24</sup>

Tal agravamento foi enfrentado com uma política de aposta no investimento privado, via desoneração da folha de pagamentos das empresas, e com uma combinação de relaxamento da política monetária (redução da taxa de juros para conseguir desvalorizar o câmbio) com aperto fiscal. A ausência de resposta do investimento priva-

---

24. Com o advento da crise internacional e o enfraquecimento da demanda externa, o governo Lula apostou no mercado doméstico, particularmente no consumo doméstico, para funcionar como o elemento dinamizador da economia. O presidente foi à TV e pediu às pessoas para não pararem de consumir. Essa é seguramente uma das razões pelas quais se associa o governo de Lula com social-desenvolvimentismo.

do a esses estímulos, o corte efetuado nos investimentos públicos para criar o espaço para as desonerações, o esgotamento dos impulsos derivados do consumo e a continuidade da crise externa, com enorme redução do preço das *commodities* exportadas pelo país, começaram a produzir resultados muito ruins, culminando com a ínfima taxa de 0,1% de crescimento do PIB em 2014.

O agravamento do cenário econômico levou à conturbação do cenário político e à difusão do terrorismo econômico, fazendo com que o país, depois das manifestações de maio/junho de 2013, se encaminhasse praticamente dividido às eleições presidenciais de 2014. Os dois modelos estavam aí em disputa: de um lado, a tentativa de, mesmo em meio à crise, dar continuidade ao, digamos assim, *modelo conciliatório* então em curso; de outro, a busca por resgatar *in totum* a agenda neoliberal e romper com esse modelo.

Vencida a eleição, por pequena margem de diferença, por Dilma, sua segunda gestão, no entanto, começou sob a égide da política de austeridade, comandada por um prócer do mercado financeiro. Este novo e fatal erro derrubou de vez a economia (2015 fechou com queda de 3,8% no PIB e enorme elevação do desemprego) e abriu o espaço político para a contestação do segundo mandato da presidenta.<sup>25</sup>

O programa que seria implementado, caso fosse bem-sucedida a manobra para derrubar Dilma, já estava pronto e dado a público desde outubro de 2015. Tratava-se de *Uma Ponte para o Futuro*, documento programático produzido pelo PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer (também conhecido, por isso, como *Plano Temer*). A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT.

O agravamento da crise, como assinalado, foi o que levou a presidenta Dilma a tentar reanimar o investimento privado com um *mix* de políticas que envolveu elementos heterodoxos, como a redução muito rápida dos juros, medidas ortodoxas, como o ajuste fiscal, e ainda outras como a desoneração da folha de pagamentos de al-

---

25. Esse erro grosseiro na condução da política econômica, chamado não sem razão de traição por vários daqueles que haviam dado seu voto à reeleição da presidenta, mostra a força do terrorismo econômico que se formou à época do pleito. Na busca de conseguir, por bem ou por mal, alterar a política governamental resgatando o programa 100% liberal que havia sido, em alguma medida, abandonado pelos governos do PT, juntaram todas as forças: os interesses conservadores, a oposição político-eleitoral, os economistas ortodoxos (acadêmicos e não acadêmicos) e a grande mídia. A estratégia foi tão bem-sucedida que a presidenta ganhou, mas não levou as eleições: começou seu segundo mandato fazendo a política da oposição e terminou-o muito antes do previsto, vitimada por injusto *impeachment*.



guns setores (que se estendeu de forma generalizada a todos os setores algum tempo depois). Esta última medida, apesar de aparentada com iniciativas que compõem aquilo que se poderia denominar de política industrial, está mais para *supply-side economics* (abrir espaço para o investimento privado reduzindo a presença do setor público), do que para qualquer tipo de prática Desenvolvimentista.

Assim, para além da inexistência de um projeto nacional que servisse como guia para planejar a intervenção do Estado na economia, a política econômica petista, nesse momento, com exceção de alguns expedientes pontuais de proteção ao produto nacional, com foco nos setores de máquinas e equipamentos, automotivo e de construção naval, tampouco incorporou a seu arsenal uma política compatível com o desenvolvimento já avançado da terceira revolução industrial – muito mais complexa, do ponto de vista de um possível *catch up*, do que a segunda.<sup>26</sup> Pior ainda, a viabilização desse conjunto de expedientes de política econômica se fez às expensas do investimento público, cuja redução foi enorme no primeiro mandato da presidenta.

Sumariamente pode-se dizer que o resultado efetivo disso que veio a ser chamado, própria ou imprópriamente, de “nova matriz macroeconômica”, foi a troca do investimento público por uma aposta na retomada do investimento privado, que acabou não ocorrendo. Daí a dificuldade de se denominar tal política de Neodesenvolvimentista. Tampouco as denominações de Nova ou Social-Desenvolvimentista parecem caber a ela, pois se os adeptos das duas correntes concordam com alguns de seus elementos com certeza não concordam com outros (sem que necessariamente haja concordância com os objetos do acordo ou desacordo, antes o contrário).

Contudo, houve, vamos dizer assim, um “momento Desenvolvimentista”, ao longo do período 2003-2014. Referimo-nos ao final do primeiro mandato de Lula, com o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), já anteriormente comentado. A partir desse momento, os gastos do governo federal em formação bruta de capital fixo (FBKF) saem, a preços de 2016, da esfera dos R\$ 19 bilhões anuais, em 2006, para a esfera dos R\$ 45 bilhões em 2010.

Mesmo com a eclosão da crise internacional no último trimestre de 2008, o governo federal mantém os gastos em investimento previstos: a taxa real de crescimento desses gastos foi de 34% em 2009 e 38% em 2010. O Estado brasileiro, portanto, ado-

---

26. Ver a respeito em Oliveira (2003).

tando uma política indutora de crescimento pelo lado da demanda, agiu contraclicamente e, apesar do volume diminuto de seus gastos frente ao que já fora em outras épocas,<sup>27</sup> produziu uma sinalização positiva ao setor privado e, depois da estagnação de 2009, como resultado imediato da crise, colheu um crescimento real da economia de 7,5% em 2010. Chegou-se, por isso, a dizer, por essa época, que a crise havia sido completamente superada, mas a crise não estava superada, nem interna, nem externamente, pior ainda, suas consequências mais danosas para as chamadas “economias emergentes” ainda estavam por vir.

A reação atrapalhada do governo Dilma a essa situação atingiu duramente os investimentos públicos e as expectativas que haviam sido despertadas pelo lançamento do PAC. A taxa média real de crescimento dos investimentos do governo central cai de 26% ao ano, no período 2006-2010 (período pós-lançamento do PAC), para 1,8% na primeira gestão da presidenta.<sup>28</sup> A anêmica reação do investimento privado ao pacote de medidas implementado por Dilma, combinada a essa queda abrupta no investimento público, provocou a estagnação da relação FBKF/PIB, que vinha crescendo sistematicamente desde o terceiro trimestre de 2006. Medida no acumulado em quatro trimestres, essa relação oscilou entre 20,6 e 20,7% entre o terceiro trimestre de 2011 (pós-adoção da política de Dilma) e o primeiro trimestre de 2013, esboçou então uma pequena reação, chegando a 21% no terceiro trimestre desse último ano, mas iniciou, a partir daí, uma ininterrupta trajetória de queda (16,7% no terceiro trimestre de 2016).<sup>29</sup> De seu lado, também medido no acumulado em quatro trimestres, o crescimento real do PIB cai sistematicamente do segundo trimestre de 2011 (5,6%) até o último de 2012 (1,9%), reage um pouco a partir de então, atingindo 3,2% no primeiro trimestre de 2014, mas inicia nesse ponto uma contínua trajetória de queda desembocando na recessão em que hoje nos encontramos (no terceiro trimestre de 2016, essa taxa foi negativa em 4,5%, completando um período de sete trimestres de queda; considerando a taxa de crescimento por trimestre, são já dez trimestres de registros negativos).

---

27. No período 1950 a 1980, mesmo considerado só o governo central, tal como aqui, o montante dos investimentos em percentagem do PIB era cerca de 3 a 4 vezes maior. Especificamente sobre o papel dos investimentos públicos na economia brasileira ao longo do século XX e início do XXI, ver Paulani (2016a).

28. Todos os dados mencionados neste parágrafo partem da nova série das contas nacionais (base 2010) divulgada pelo IBGE.

29. A taxa da China, só para efeitos de comparação, anda na casa dos 35%.

Tomados em seu conjunto, os anos petistas revelam, portanto, um caráter errático e enorme oscilação: fidelidade integral, de início, aos cânones da prescrição ortodoxa (anos Palocci), inspiração Desenvolvimentista na sequência (anos PAC), reação embaralhada de ortodoxia com heterodoxia, mas certamente menos Desenvolvimentista que a etapa anterior, no primeiro período de Dilma, e novamente um retorno forte à ortodoxia nos últimos 16 meses de governo petista (com Joaquim Levy assumindo o Ministério da Fazenda). Ora, esse vaivém, esse bate-cabeça é a prova maior de que não se pode rotular de Desenvolvimentistas os anos petistas, porque é a prova maior de que faltava aí um projeto nacional – de preferência nacional, popular e democrático, que tivesse permitido, desde seu início, o planejamento da intervenção econômica.

Os três governos petistas, sem projeto e sem planejamento, caminharam ao sabor da conjuntura, sem ameaçar o *status quo* vigente. A inspiração Desenvolvimentista e os experimentos heterodoxos aqui e acolá estavam fadados ao fracasso, em meio a uma institucionalidade construída para o benefício da acumulação financeira, que não foi enfrentada, de modo decisivo, em nenhum momento desses 12 anos. Isto posto, seria difícil esperar, como afirmei em outro lugar, destino diferente para essa, digamos assim, “aventura cidadã” da periferia do capitalismo no início do século XXI.<sup>30</sup>

---

30 Refiro-me às considerações que fiz, na orelha, do livro *As Contradições do Lulismo*, organizado por André Singer e Isabel Loureiro em 2016 e editado pela Boitempo.

## Referências

- ALMEIDA, M. N. S. *Desenvolvimento e Dependência no Capitalismo sob Hegemonia Norte-Americana: reflexões sobre o caso brasileiro*. Tese (Doutorado), IPE-USP, 2017.
- AMARAL, M. S. *Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária frente à financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado), IPE-USP, 2012.
- BASTOS, P. P. Z. A Economia Política do Novo-Desenvolvimentismo e do Social Desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, vol. 21 (especial), 2012.
- BIELSCHOWSKY, R. *Anotações sobre a estratégia de crescimento pelo mercado interno de consumo popular e o programa do PT para 2003-2006*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001. (mimeo)
- \_\_\_\_\_. Estratégias de Desenvolvimento e as Três Frentes de Expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: BIANCARELLI, A. et al. *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimentismo. *Folha de São Paulo*, 19/09/2004.
- \_\_\_\_\_. The New Developmentalism and Conventional Orthodoxy. *Économie Appliquée*, tome LIX, n. 3, 2006.
- \_\_\_\_\_. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 20(3), 2006a.
- BRUNO, M. ; CAFFÉ, R. Indicadores Macroeconômicos de Financeirização: Metodologia de construção e aplicação ao caso do Brasil. In: BRUNO, M. (Org.) *População, Espaço e Sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- CARNEIRO, R. Velhos e Novos Desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, vol. 21 (especial), 2012.
- CHESNAIS, F. *Finance Capital Today – Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Leiden; Boston: Brill, Historical Materialism, Book Series, 2016.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo - A Construção do Conceito. In: BIANCARELLI, A. et al. *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014.
- HIRATUKA, C. ; SARTI, F. Transformações na Estrutura produtiva global: desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. *Texto para discussão* n. 255, IE-Unicamp, 2015.
- MARCONI, N. ; ROCHA. Taxa de Câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. *Economia e Sociedade*, vol. 21 (especial), 2012.
- MOLLO, M. L. R. ; AMADO, A. M. O Debate Desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia e Sociedade*, vol. 24(1), 2015.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista - O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. Hegemonia às Avessas. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). *Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- OREIRO, J. L. ; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro, vol. 30(2). *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 30, n. 2, 2010.
- PAULA, L. F. Repensando o Desenvolvimentismo. *São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, vol. 20, n. 3, 2006.
- PAULANI, L. M. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. Seguridade Social, Regimes Previdenciários e Padrão de Acumulação: uma nota teórica e uma reflexão sobre o Brasil. In: FAGNANI, E. *et ali* (Org.) *Previdência Social: como incluir os excluídos? Uma agenda voltada para o desenvolvimento econômico com distribuição de renda*. São Paulo: LTR, 2008a.
- \_\_\_\_\_. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Ipea, vol. 3(10), 2012.
- \_\_\_\_\_. Acumulação Sistemática, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, vol. 27, n. 77, 2013.
- \_\_\_\_\_. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 36, n. 3 (144), jul./set., 2016.
- \_\_\_\_\_. Capitalismo e Estado no Brasil: a saga dos investimentos públicos. *Revista Política*, Fundação João Magabeira, vol. 1, n. 3, 2016a.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo, Planejamento e Investimento Público nos 5 mil dias de Lulismo. In: MARINGONI, G. *et ali* (Org.) *Os 5 mil dias de Lulismo*. São Paulo: Fundação Lauro Campos, *forthcoming*, 2017.
- \_\_\_\_\_. Não há saída sem a reversão da financeirização. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, vol. 31, n. 89, jan./abril, 2017a.
- \_\_\_\_\_. ; PATO, C. G. G. Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil no último quarto de século. In: PAULA, J. A. (Org.) *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SARAIVA, M. G. ; RUIZ, J. B. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, IBRI, vol. 52 (1), 2009.
- SICSÚ, J., PAULA, L.F. ; MICHEL, R. Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo: Manole, 2005.
- \_\_\_\_\_. Por que Novo-Desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 27, n. 4, out./dez., 2007.
- SINGER, A. ; LOUREIRO, M. I. (Org.) *As contradições do Lulismo: A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.

